

Dossiê - Linguística e Literatura Marginal: linguagens em disputa

Teoria Etno-Queer: conceitos introdutórios

Ethno-Queer Theory: introductory concepts

DOI: 10.59666/fiosdeletras.v3i06.5318

Revista Fios de Letras

ISSN: 2966-0130

v. 3, n. 06, e062605, jan-jun, 2026

Informações sobre os autores:

1 Professor do Instituto Federal do Amazonas. Mestre em Letras e Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes – PPGLA/UEA. Especialista em Linguística pela Universidade de Uberaba/MG e em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela UNINTER. Licenciado em Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Artes Visuais pela Universidade Federal do Amazonas.

Renato Régis Barroso ¹



Instituto Federal do Amazonas



regis.ifam@gmail.com



Resumo: Este artigo apresenta a Teoria Etno-Queer como uma proposta epistemológica insurgente que articula os pressupostos dos estudos queer com saberes ancestrais indígenas e quilombolas, buscando compreender como corpo, linguagem, território e ancestralidade participam da construção das experiências LGBTQIA+ em contextos afro-indígenas amazônicos. A pesquisa parte do problema de que grande parte das teorias queer foi desenvolvida a partir de referenciais euro-americanos, nem sempre contemplando as especificidades históricas, culturais e territoriais das dissidências sexuais e de gênero vivenciadas por povos indígenas e comunidades quilombolas. Como hipótese central, sustenta-se que a incorporação de perspectivas afro-indígenas amplia os horizontes epistemológicos dos estudos queer, permitindo a construção de interpretações mais situadas e decoloniais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e interpretativista, desenvolvida com 48 participantes indígenas e quilombolas LGBTQIA+, oriundos de comunidades do Amazonas, Pará e Amapá. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas e questionário em escala Likert, sendo analisados à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC), especialmente na perspectiva tridimensional de Fairclough (2001). O referencial teórico articula contribuições de Butler (2022), Borba (2020), Lugones (2014), Quijano (2005), Mignolo (2010), Boaventura de Sousa Santos (2010), Kopenawa e Albert (2015), entre outros autores dos estudos queer, decoloniais e das Epistemologias do Sul. Os resultados evidenciam que categorias como corpo-território, ancestralidade como conhecimento, linguagem como reexistência e permanência territorial constituem elementos centrais para a compreensão das experiências LGBTQIA+ afro-indígenas. Conclui-se que a Teoria Etno-Queer contribui para tensionar os limites universalizantes dos estudos queer e para fortalecer a produção de conhecimentos situados no Sul Global.

Palavras-chave: Teoria Etno-Queer. LGBTQIA+. Ancestralidade. Colonialidade. Estudos Queer.

Fluxo editorial:

Recebido: 25/04/2026

Aceito: 05/06/2026

Publicado: 06/06/2026



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Plagius

Verificador de Plágio

Abstract: This article presents Ethno-Queer Theory as an insurgent epistemological framework that articulates the foundations of queer studies with Indigenous and Afro-descendant ancestral knowledge, seeking to understand how body, language, territory, and ancestry participate in the construction of LGBTQIA+ experiences in Afro-Indigenous Amazonian contexts. The study is grounded in the problem that much of queer theory has been developed from Euro-American perspectives, which do not always account for the historical, cultural, and territorial specificities of sexual and gender dissidences experienced by Indigenous peoples and Quilombola communities. The central hypothesis is that incorporating Afro-Indigenous perspectives broadens the epistemological horizons of queer studies, enabling more situated and decolonial interpretations. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and interpretive study conducted with 48 Indigenous and Quilombola LGBTQIA+ participants from communities in the Brazilian states of Amazonas, Pará, and Amapá. Data were generated through semi-structured interviews and a Likert-scale questionnaire and were analyzed using Critical Discourse Analysis (CDA), particularly Fairclough's (2001) three-dimensional model. The theoretical framework draws on contributions from Judith Butler (2022), Rodrigo Borba (2020), María Lugones (2014), Aníbal Quijano (2005), Walter Dignolo (2010), Boaventura de Sousa Santos (2010), Davi Kopenawa and Bruce Albert (2015), among other scholars of queer, decolonial, and Southern epistemologies. The findings reveal that categories such as body-territory, ancestry as knowledge, language as re-existence, and territorial permanence constitute central elements for understanding Afro-Indigenous LGBTQIA+ experiences. The study concludes that Ethno-Queer Theory contributes to challenging the universalizing limits of mainstream queer studies and strengthens the production of situated knowledge from the Global South.

Keywords: Ethno-Queer Theory; LGBTQIA+; Ancestry; Coloniality; Queer Studies.

Introdução

A Teoria Etno-Queer pode ser entendida como uma abordagem epistemológica insurgente que articula estudos queer com epistemologias indígenas e Afro-brasileiras, tomando o corpo, a linguagem, a ancestralidade e o território como fundamentos centrais da produção de conhecimento. Diferente de leituras universalizantes do queer, essa perspectiva parte do princípio de que gênero e sexualidade não constituem categorias abstratas ou universais, mas práticas situadas, historicamente produzidas em contextos interseccionados por colonialidade, racismo e regimes específicos de humanidade. Nesse horizonte, as dissidências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas não são entendidas como desvios, identidades importadas ou exceções culturais, mas como formas de reexistência, ou seja, modos de existir que persistem e fazem sentido apesar — e contra — dispositivos coloniais de normalização.

A Teoria Etno-Queer nasce da recusa. Não uma recusa abstrata, discursiva ou meramente retórica, mas uma recusa encarnada, histórica e situada. Recusa de ocupar o lugar de objeto empírico; recusa de falar apenas a partir de categorias que nunca nomearam

plenamente corpos racializados, territorializados e dissidentes; recusa de aceitar que povos indígenas e quilombolas sejam tratados apenas como “campos de pesquisa”, “recortes culturais” ou “contextos de aplicação” de teorias produzidas alhures. Nesse sentido, o etno-queer emerge como um gesto epistemológico que afirma, desde o início, que há pensamento na floresta e no quilombo, que há teoria no corpo dissidente indígena e quilombola, e que há ciência sendo produzida a partir de experiências que a colonialidade tentou silenciar, apagar ou traduzir compulsoriamente.

Historicamente, os estudos de gênero e sexualidade foram conduzidos através de lentes teóricas eurocêntricas, urbanas e brancas que tratavam suas próprias experiências como universais. Mesmo quando críticos, tais abordagens frequentemente reproduziam uma lógica de exterioridade que se relaciona com os povos afro-indígenas e suas existências dissidentes como variações locais, exceções culturais ou resíduos pré-modernos. Na disciplina de Linguística e Ciências Humanas, isso significava leituras que invisibilizavam corpo, linguagem, ancestralidade e território, de modo que a dissidência era reduzida a posições estáveis, desvinculadas das cosmologias através das quais se encontravam, seus próprios regimes de pessoalidade e longas histórias de resistência.

Nesse contexto, a Teoria Etno-queer se inscreve como uma epistemologia insurgente do Sul. Insurgente porque não quer fazer parte do cânone acadêmico como ele existe atualmente, mas subvertê-lo. Do Sul porque vem de territórios historicamente racializados, explorados e epistemicamente subalternizados e afirma que o conhecimento não é monopólio do Norte global nem da racionalidade moderna. Pensar etno-queermente requer uma reorganização do eixo de produção teórica, rejeitando a separação moderna de sujeito/objeto, teoria/empirismo, dicotomia corpo/conhecimento.

O conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2005) constituiu uma geopolítica do conhecimento que não apenas subordinou povos e territórios, mas também o conhecimento como sujeito. A modernidade colonial impôs critérios rígidos do que significa ser humano, inteligível ou cientificamente válido, estabelecendo os critérios para quem tem a capacidade de produzir teoria e quem tem o privilégio de fornecer dados (na forma de uma classificação racial/étnica da população mundial). Nesse regime, corpos indígenas e quilombolas — particularmente dissidentes de gênero e sexualidade — há muito tempo estão situados fora da plena humanidade e fora do status de sujeitos epistêmicos. Essa exclusão não funciona apenas no nível do conhecimento, é realizada de forma contundente na regulação dos corpos. Segundo Maria Lugones (2014), o sistema de gênero moderno/colonial funciona como uma tecnologia central para essa dominação através da articulação do binarismo sexual, heteronormatividade e racialização. Gênero e sexualidade dificilmente são categorias naturais ou universais, mas servem como mecanismos coloniais para

classificar a vida. Corpos que rompem com esse regime (por exemplo, corpos LGBTQIA+ indígenas e quilombolas) são transformados em alvos especiais de controle, patologização, evangelização e violência simbólica e material.

Sobretudo, a Teoria Etno-Queer enfrenta diretamente esse regime ao afirmar que a dissidência não é desvio ou anomalia, mas reexistência. O que hoje conhecemos como dissidência LGBTQIA+ indígena ou quilombola não reflete uma invenção moderna ou uma importação urbana, mas uma continuidade histórica de modos de ser que a colonialidade tentou apagar. Ecoando Oyèrónké Oyěwùmí (1997), esse entendimento mostra que o gênero, como enquadrado no Ocidente, não representava um princípio organizador das relações sociais universalmente dentro dos contextos africanos que antecederam o colonialismo, deixando espaço para pensar sobre outras ontologias de corpo e pessoa. Nesse horizonte, o hífen que incorpora “etno” e “queer” não é o som de uma reconciliação pacífica, mas uma fricção epistemológica. E “etno” não é folclore ou tradição congelada, mas ontologias relacionais, territorializadas e ancestrais. O “queer”, por sua vez, não está confinado a um tipo de política de identidade urbana, mas a um gesto de desestabilizar as normas que estruturam corpos, desejos e modos de ser.

É nessa fricção que a Teoria Etno-Queer emerge, negando a aplicabilidade acrítica da teoria queer tanto para perspectivas afro-indígenas quanto para orientações culturalistas que romantizam a diferença. Como aponta Rodrigo Borba (2015), formas de falar são também formas de existir. No horizonte etno-queer, a linguagem não é um sistema neutro de comunicação, mas uma prática ontológica, tecnologia de sobrevivência e uma arena de conflito político. Interseções linguísticas, pausas, silêncios, marcas de oralidade e performances vocais não são desvios da norma, mas formas legítimas de criar o mundo. A prática de impor normas linguísticas ditadas por normas escolares e acadêmicas funciona como um modo de morte simbólica; em conversa com Achille Mbembe (2018), emerge uma necropolítica da linguagem.

Dentro desse quadro, não obstante, este artigo busca articular e estruturar aspectos-chave da Teoria Etno-Queer, posicionando-a como uma orientação epistemológica insurgente, focando na leitura das dissidências de gênero e sexualidade no contexto das comunidades indígenas e quilombolas. Ao tornar esses corpos sujeitos do conhecimento, a teoria em voga desafia uma reformulação original da maneira como criamos conhecimento sobre linguagem, corpos e existência no Brasil, e faz uma declaração de que há teoria viva na floresta e no quilombo e que a palavra dissidente, em vez de ser um objeto de análise, é uma base epistemológica. Em um domínio que persiste em sua escassez de trabalhos no campo da Linguística Queer, a Teoria Etno-Queer reivindica ser uma epistemologia insurgente do Sul — não como uma promessa futura, mas como uma prática teórica já em andamento.

1. Revisão da Literatura

1.1 A teoria etno-queer e sua fundamentação: a linguagem, o corpo, o território e a ancestralidade em comunhão

Para construir a Teoria Etno-Queer, é necessário, como ponto de partida, confrontar a colonialidade do conhecimento construída dentro desses marcos, como expressado por Aníbal Quijano (2005). Como aponta o autor, a modernidade estabeleceu uma forma global de poder que se expressa através da raça, trabalho, gênero e conhecimento, criando uma hierarquia de conhecimento na qual alguns sujeitos e territórios são reconhecidos como produtores válidos de teoria, enquanto outros são relegados ao status de entidades empíricas (Quijano, 2005, p. 117). No nível institucional da ciência, atua sobre essa autoridade para determinar não apenas quem pode falar, teorizar e ser reconhecido como sujeito conhecedor, mas também o que conta como inteligibilidade do próprio conhecimento. Esse regime inscreveu povos indígenas e populações quilombolas historicamente como campos de observação; não como lugares de produção conceitual. Quijano também aponta como, através de uma “perspectiva cognitiva eurocêntrica que se apresenta como universal”, o conhecimento perpetua uma colonialidade (Quijano, 2005, p. 121). Esse universalismo epistêmico torna o conhecimento corporal, territorial, oral e ancestral sem sentido — relegando-os ao plano de “cultura”, “tradição” ou “experiência” e reservando a teoria para o reino da racionalidade moderna. Essa operação cria um processo constante de violência epistêmica que nega aos sujeitos racializados a possibilidade de serem vistos como autores de categorias analíticas e explicações sobre o mundo. Ao fazer isso, o conhecimento deixa de existir como uma área de contestação e se torna uma ferramenta de manutenção a serviço da colonialidade. É muito contra esse regime que a Teoria Etno-Queer se posiciona. Ela torna indivíduos LGBTQIA+ indígenas e quilombolas sujeitos epistêmicos; dessa forma, desloca o locus da produção teórica para áreas antes marginalizadas como núcleos de pensamento e tradição. Não se trata de reivindicar inclusão no cânone acadêmico; devemos contestar a própria arquitetura dessa literatura, que “não há conhecimento geral, nem ignorância geral”, como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 48). A Teoria Etno-Queer, portanto, refaz o que conta como inteligibilidade do conhecimento ao reconhecer corpo, território e ancestralidade como bases epistemológicas válidas.

Para discutir a crítica sobre o universalismo sexual, faz-se mister compreendermos que a colonialidade do conhecimento está inextricavelmente entrelaçada com a colonialidade de gênero. Como Lugones (2014) mostra, foi o sistema de gênero moderno/colonial (que foi imposto) como sua própria tecnologia central de organização social, fundindo binarismo sexual, heteronormatividade e racialização (Lugones, 2014, p. 94). Esse sistema regulava

não apenas práticas sexuais e de gênero; impôs uma hierarquia ontológica de corpos plenamente humanos em relação a corpos que constituíam desvios ou não-humanos. Com Oyèrónké Oyěwùmí (1997) essa crítica se cristaliza decisivamente, confirmando que o gênero, como construído no Ocidente, não é um princípio organizador universal da vida social. Ao analisar sociedades iorubás pré-coloniais, a autora escreve: “o gênero não era um princípio organizador da sociedade antes da colonização” (Oyěwùmí, 1997, p. 31). Essa descoberta também desmonta a noção de gênero como uma categoria natural ou trans-histórica e sugere que sua universalidade foi essencial para o projeto colonial. A ‘dissidência LGBTQIA+ indígena ou quilombola’, como está sendo lida hoje, não pode mais ser considerada simplesmente como uma nova invenção, mas como a reafirmação de ontologias violentamente interrompidas pela colonização e escravidão. A Teoria Etno-Queer se engaja diretamente com essas formulações ao resistir a interpretações universalistas da teoria queer que negligenciam contextos afro-indígenas. O etno-queer não sugere uma implementação local direta do queer, mas uma recontextualização revolucionária: gênero e sexualidade deixam de funcionar como formações abstratas e, em vez disso, passam a se manifestar como práticas históricas e ontológicas situadas. E assim, nas práticas indígenas e quilombolas, a organização da dissidência não se baseia tanto na identidade, mas sim em um senso de território, ancestralidade e comunidade, questionando a própria ideia de universalismo sexual moderno.

1.2 Teoria Queer, dialogismo e poder simbólico: leituras etno-queer de Bakhtin e Bourdieu

A conversa entre a Teoria Queer e Mikhail Bakhtin forneceu um mecanismo poderoso para pensar a linguagem como um local de contestação ontológica, onde corpos, identidades e significados são continuamente criados, tensionados e rearranjados. Cada enunciado é constitutivamente dialógico para Bakhtin (2003), viajando por outras vozes, outros dizeres e outras posições sociais historicamente situadas. Para Butler (2003), essa concepção ressoa diretamente com a Teoria Queer, que rejeita identidades fixas e reformula gênero e sexualidade como práticas discursivas reafirmadas e instáveis. Mas no horizonte da Teoria Etno-Queer, o dialogismo atinge uma nova forma radical de engajamento: as vozes em jogo não são apenas sociais, mas coloniais, raciais, territoriais, ancestrais. Corpos indígenas e quilombolas LGBTQIA+ não falam em um vácuo discursivo; eles falam em cadeias de enunciação marcadas pela colonialidade do conhecimento, violência normativa e as tentativas históricas de silenciar suas próprias formas de existir. A discussão de Pierre Bourdieu aprofunda essa análise porque mostra como a difusão dos discursos é governada

por relações de poder assimétricas. Usando o poder simbólico como uma conceituação, Bourdieu (1991) afirma que a importância social de uma enunciação depende, mais do que de uma coisa, das condições de produção, e da legitimidade social do falante.

A Teoria Etno-Queer apropria-se dessa noção para uma compreensão crítica das maneiras como corpos dissidentes racializados não apenas falam de um ponto de vista não comprovado, mas também têm seus discursos rotineiramente desqualificados, ridicularizados ou tornados inaudíveis. Nesse sentido, normas linguísticas e normas de gênero trabalham em conjunto como tecnologias coloniais de controle. Ao falar fora do registro aprovado, através da linguagem, corpo ou performance, sujeitos indígenas e quilombolas LGBTQIA+ desestabilizam o mercado linguístico e destacam a violência simbólica que mantém a colonialidade do conhecimento. Assim, lidos através da lente da Teoria Etno-Queer, Bakhtin e Bourdieu sugerem que a linguagem não é simplesmente um local de troca social, mas um campo de contestação onde ser, linguagem e teoria constituem um ato essencial de revolta epistemológica. Assim, ao argumentar que a linguagem é atravessada por lutas sobre significado e relações de poder assimétricas, as contribuições de Bakhtin e Bourdieu iluminam como a dissidência pode ser entendida como um gesto discursivo situado em que falar é também uma questão de questionar legitimidade, existência e reconhecimento.

Por esse motivo, as epistemologias indígenas fornecem uma crítica radical da fronteira moderna que separa natureza e cultura, corpo e conhecimento, sujeito e mundo. A modernidade produziu uma abstração da humanidade que divorciou e alienou a humanidade da Terra, e criou uma forma de fazer que produziu, em questão de momentos, um modelo de existência definido por exploração, exaustão e a supressão de outras formas de vida. Para Ailton Krenak (2019) essa crítica não é meramente ecológica ou política, mas profundamente epistemológica: ao romper a ligação entre corpo e território, o pensamento moderno tornou impraticáveis modos alternativos de saber e ser. Do ponto de vista indígena, o conhecimento não é criado a partir da distância entre o sujeito conhecedor e o objeto, mas a partir da relação viva entre humanos, não-humanos, rios, florestas e ancestrais. Isso apoia a Teoria Etno-Queer ao ilustrar a ideia de que corpos indígenas dentro da comunidade LGBTQIA+ não pensam sobre o mundo, mas pensam com o mundo a partir de uma perspectiva relacional que contraria a noção moderna da fragmentação do conhecimento.

Davi Kopenawa (2015) relata essa cosmologia nos povos Yanomamis quando insiste que: “a floresta não é muda; ela fala, respira e pensa” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 88). Essa afirmação muda radicalmente o status da linguagem e do conhecimento — priva-o de um monopólio moderno no sentido humano e reinveste-o dentro de uma rede cosmológica ampliada. Quando a floresta pensa, o conhecimento não consiste apenas em concepções racionais, abstratas e escritas. Além disso sonho, corpo, escuta e memória também são adicionados a essa coleção. Essa noção na chave etno-queer é crucial para saber que a

dissidência indígena LGBTQIA+ não surge contra a cosmologia, mas a partir dela, como uma articulação de ontologias que nunca foram ordenadas de acordo com o binário de gênero colonial. Aqui a palavra dissidente indígena não é apenas uma identidade, mas uma proclamação cosmológica em que a identidade é falada no contexto de espaço, ancestralidade e experiência incorporada. Essa ideia é ainda afirmada por Daniel Munduruku (2017), que argumenta que o conhecimento indígena é transferido “através da experiência, convivência e escuta dos mais velhos” (Munduruku, 2017, p. 45), resistindo à centralidade contemporânea da escrita e da escolarização como a única forma legítima de conhecimento.

Essa forma de comunicação, baseada na oralidade, corpo e memória coletiva, reforça o quadro de corpo-arquivo trazido pela Teoria Etno-Queer. A epistemologia indígena justifica atos dissidentes ao conceitualizar o corpo como um local de conhecimento que transcende as categorizações normativas da modernidade. Como Eliane Potiguara (2019, p. 62) explica, “nosso corpo guarda histórias que o colonizador tentou apagar.” Como resultado, ao negociar com autores indígenas, a Teoria Etno-Queer reforça seu fundamento epistemológico insurgente e insiste que há teoria viva na palavra ancestral, no corpo-território e na experiência indígena resistente, não como um objeto de produção de conhecimento, mas como um fundamento legítimo para essa produção.

1.3 Teoria Etno-Queer e Pajubá: o espaço entre e a política da linguagem como um lugar de reexistência

O Pajubá oferece talvez a ilustração mais significativa de como a linguagem funciona como uma tecnologia de sobrevivência, reexistência — e criação de mundos — para corpos dissidentes no Brasil. Reduzido na história de forma tão ampla a ponto de ser considerado “gíria”, “linguagem codificada” ou “fala marginal”, o Pajubá é, através de uma das estruturas mais poderosas enquadrado como um repertório linguístico insurgente, entrelaçado na ancestralidade africana, performatividade corporal e contestação ontológica. Não apenas um código urbano de identidade e pertencimento, o Pajubá emerge como uma prática linguística *in situ* que pode criar tanto pertencimento quanto segurança entre sujeitos historicamente oprimidos. Ao reposicionar a ênfase na experiência incorporada, a Teoria Etno-Queer nos ajuda a pensar no Pajubá não como um desvio linguístico, mas sim como uma gramática política de dissidência, na qual falar é viver, e viver é resistir. Do ponto de vista etno-queer, o Pajubá é uma linguagem-corpo — ou seja, uma fala que não pode ser separada da performance, gesto, tom, pausa e relação com o outro. Como sugeriu Régis (2025), o Pajubá surge não apenas como um sistema lexical, mas também como uma prática comunicativa que expressa afeto, humor, ironia e segurança mútua. Esta é uma dimensão chave na Teoria Etno-Queer, pois demonstra que para a linguagem dissidente não se trata apenas

de nomear identidades, mas sim de gerar “zonas de vida” em vista da violência simbólica e material. Da mesma forma, um corpo como arquivo de conhecimento é sustentado por epistemologias indígenas, o Pajubá assim inscreve uma memória ancestral negra no tecido do corpo dissidente urbano, uma memória que resiste à colonialidade linguística. Nesse sentido, falar Pajubá é acionar uma ancestralidade negra que resiste à norma, à sanitização da fala e à presumida neutralidade da linguagem padrão. Quando a necropolítica é colocada na perspectiva da articulação da Teoria Etno-Queer e do Pajubá, a interação dos dois é ainda mais sutil. Em espaços caracterizados por LGBTQIA+fobia, racismo estrutural e violência na cidade, o Pajubá funciona como uma linguagem de alerta, cuidado e sobrevivência. Ele forma uma comunidade discursiva capaz de reconhecer riscos, acolher diferenças e confirmar pertencimento. Esta operação conecta-se diretamente com a reivindicação etno-queer de que a linguagem é uma atividade ontológica e política, não apenas um meio de comunicação. Assim como corpos LGBTQIA+ indígenas e quilombolas fazem teoria a partir do território e da ancestralidade, corpos dissidentes urbanos fazem teoria a partir do Pajubá, e assim é que há ciência na fala marginal e conhecimento na linguagem dissidente e epistemologia em sua prática nas margens, ou margens da norma. Ao fazer do Pajubá um objeto de reflexão, a Teoria Etno-Queer amplia a visão do problema e reitera que continua a trabalhar por uma epistemologia insurgente do Sul. Seria, portanto, reunir a discussão em torno de linguagem e necropolítica e reexistência etno-queer.

Sobretudo é crucial na Teoria Etno-Queer que a linguagem seja o ponto focal desta crítica, porque a linguagem é uma área significativa de contenda ontológica. Segundo Borba (2015, p.93), “formas de falar são também formas de existir”, movendo a linguagem do plano representacional para o plano de produção da vida social. Foi nessa realização que começamos a entender que normas linguísticas, de fato, não são neutras, mas sim criticamente entrelaçadas por relações de poder que legitimam tipos particulares de enunciação, enquanto silenciam outros. A imposição de padrões linguísticos hegemônicos sobre a cultura afro-indígena opera como um mecanismo de poder para controlar corpos e formas de existir. Tal regulação discursiva está conectada aos regimes de morte como afirmado por Mbembe (2018), onde o autor explica que a necropolítica é composta pelo soberano que decide “quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5), criando assim zonas de morte social e simbólica. Corpos LGBTQIA+ indígenas e quilombolas estão tipicamente localizados em tais marcos; tolerados apenas em situações de mudez, invisibilidade e aquiescência normativa.

Nesse sentido, a imposição de normas linguísticas e discursivas funciona como uma tecnologia necropolítica para tornar inviável a plena expressão dessas existências. A Teoria Etno-Queer, então, aborda essa situação ao abraçar a linguagem como uma prática de reexistência. A combinação de linguagem, pausa, silêncios estratégicos e performance vocal

em termos linguísticos não é apenas um sinal de erros, mas também o gesto de desobediência epistêmica como sugeriu Mignolo (2010, p.44). Falar em corpo-território, em ancestralidade e em experiências dissidentes faz parte de um ato político de produção de vida na era dos regimes de morte, e isso é uma ação política. Assim, a linguagem etno-queer não somente fala, como também cria mundos, reafirmando que estar lá, falar e teorizar são uma questão de combinar gestos para combater a colonialidade.

2. Trilha Metodológica para uma abordagem etno-queer: os caminhos para uma pesquisa insurgente

A pesquisa foi guiada por um quadro epistemológico exploratório, interpretativista e decolonial, enraizado na Teoria Etno-Queer, bem como por um quadro metodológico fundamentado em uma abordagem de Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2001). Assim, baseou-se na lógica de que a produção de conhecimento está entrelaçada nas relações de poder que atravessam corpos, territórios, línguas e ancestralidades e, por essa razão, a investigação adotou uma postura metodológica situada, implicada e politicamente comprometida através da escuta de sujeitos historicamente silenciados.

A coleta de dados foi realizada em três locais, especificamente selecionados por sua heterogeneidade étnica, racial e territorial e termos analíticos comparáveis entre contextos indígenas e quilombolas. O primeiro foi o município de São Gabriel da Cachoeira (AM), na região do Alto Rio Negro, capturando tanto a área urbana quanto as comunidades indígenas que foram abertas por meio de articulações locais. Nesse sentido, o projeto incluiu 24 indígenas LGBTQIA+ de diferentes grupos étnicos que historicamente viveram na região, como Tukano, Baniwa, Desana, Baré, Tariana e Wanano. A cobertura de sujeitos com diferentes origens étnicas nos permitiu investigar a ordem linguística, o sistema cosmológico e a forma de organização social, bem como outras experiências de circulação entre comunidade e cidade, que são importantes para examinar as conexões entre linguagem, relações corpo-território e dissidência. O segundo foi estabelecido em territórios quilombolas do estado do Pará (PA), especificamente no Baixo Amazonas, por exemplo, nos municípios de Oriximiná e Santarém. Os sujeitos, 12 quilombolas LGBTQIA+, vieram de locais como Boa Vista e Abuí (região do Rio Trombetas) e Ariramba (Santarém), comunidades com forte conexão com a terra, memória de resistência e práticas comunitárias de pertencimento.

Esses contextos permitiram examinar as formas significativas em que as dissidências LGBTQIA+ são expressas dentro de uma comunidade quilombola, permeadas por disputas territoriais, racismo estrutural e seus próprios regimes de normatividade social. O terceiro estava vinculado a áreas quilombolas no estado do Amapá (AP), apresentando algumas comunidades importantes e significativas, incluindo Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do

Macacoari. Neste estudo, havia 12 quilombolas LGBTQIA+ das áreas periurbanas e rurais. Esta localização também ajudou a ampliar a dimensão territorial da pesquisa, pois permitiu ao estudo buscar continuidades e especificidades sobre como a dissidência LGBTQIA+ é sentida em vários distritos quilombolas amazônicos, bem como o atrito nascido da circulação entre a comunidade, cidade e instituições estatais.

O estudo consistiu-se em 48 participantes, representando 24 indígenas LGBTQIA+ no Amazonas, 12 quilombolas LGBTQIA+ no Pará e 12 quilombolas LGBTQIA+ no Amapá. Os sujeitos foram selecionados por amostragem intencional de acordo com a filiação étnico-comunitária e articulado com a estratégia de bola de neve, de particular relevância para atingir sujeitos em situações de crescente vulnerabilidade social e simbólica (González et al., 2023; Gonzalez, 2020). O objetivo era incluir o maior número possível de participantes diferentes em termos de identidades de gênero/sexualidade (bem como faixas etárias e experiências); circulação territorial; nível educacional; e conexões institucionais, sem exigir amostra estatisticamente representativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, organizadas tematicamente em torno de trajetórias de vida, relação com o terreno, uso da língua, nomeação e silenciamento da dissidência, ancestralidade, circulação institucional (escola, igreja, saúde, políticas públicas) e resistência e cuidado. Também foram realizadas entrevistas narrativas, com ênfase nos eventos importantes na história de vida de cada participante, particularmente aqueles relacionados à dissidência LGBTQIA+ em contextos comunitários e urbanos.

Foi realizado, ainda, um acompanhamento sistemático durante este trabalho, criando um diário que detalhava notas aprofundadas registradas pelos participantes em campo, com base em observações situadas de práticas linguísticas, performances corporais, formas de interação comunitária e contextos de enunciação relacionados para análise do discurso. Todo o conteúdo empírico foi completamente transcrito, observando marcas discursivas, como pausas, entonações, escolhas lexicais e silêncios importantes. À medida que a análise se desenvolvia em elementos elaborados. A codificação temática estruturada também foi realizada com base em categorias de corpo-território, linguagem, ancestralidade, dissidência, institucionalidade, violência simbólica e re-existência. Estes foram seguidos pela Análise Crítica do Discurso dos fragmentos escolhidos, focando em metodologias de nomeação, processos de legitimação e deslegitimação, intertextualidades, posições de sujeito e regimes de inteligibilidade que são centrais para as noções de humano e dissidente nos contextos estudados. A interpretação final foi informada pelas ideias fundamentais da Teoria Etno-Queer, onde há um entendimento da dissidência como prática ontológica enraizada e da linguagem como uma tecnologia de produção do mundo. Com base em considerações éticas, os participantes sabiam sobre o que era a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Pseudônimos foram usados e qualquer informação que pudesse permitir

que fossem identificados em nível individual ou comunitário foi ocultada. Referências a etnias indígenas e comunidades quilombolas foram mobilizadas como chaves analíticas e epistemológicas, em vez de etiquetas de identidade fixas, para evitar processos de exotização ou exposição desnecessária. O feedback também foi disponibilizado em linguagem simples, aplicável e seguro para uso das comunidades relevantes. Também em colaboração com a FOIRN, foi ministrado um minicurso sobre Educação Sexual para professores de Educação Escolar Indígena no município.

Nesta etapa metodológica, a pesquisa confirmou que considerar a Teoria Etno-Queer é um ato (lógico) epistemológico e político de investigação. Não foi um método estabelecido antes da vida, mas a relação entre corpo, linguagem, terra e ancestralidade. Ao fazer isso, a investigação mostrou que há teoria viva na floresta e no quilombo e que a escuta situada de corpos dissidentes afro-indígenas não é apenas uma necessidade de produção de conhecimento, mas também essencial nesta produção para a justiça em mente e reconfiguração do estudo de gênero, sexualidade e linguagem no Brasil.

3. Resultados e Discussão da Teoria Etno-Queer: quando a floresta teoriza, o corpo desobedece e a Amazônia fala

Inicialmente para compreender a receptividade dos princípios da Teoria Etno-Queer e seu potencial para os estudos contemporâneos insurgentes, foi aplicado um questionário semiestruturado composto por cinco afirmações organizadas em escala Likert de cinco pontos, variando de “Discordo Totalmente” a “Concordo Totalmente”. O instrumento foi disponibilizado a 77 participantes pertencentes ou vinculados a contextos de pesquisa relacionados às dissidências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas, dos quais 48 responderam integralmente ao questionário, correspondendo a uma taxa de retorno de 62,3%. A construção do instrumento foi orientada pelos principais eixos teóricos discutidos ao longo deste estudo, especialmente aqueles relacionados à crítica ao universalismo queer, à noção de corpo-território, à linguagem como prática de reexistência, à ancestralidade como forma legítima de conhecimento e ao potencial epistemológico da Teoria Etno-Queer.

A primeira questão buscou investigar se os participantes reconheciam os limites das teorias queer tradicionais para compreender as experiências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas. Essa dimensão dialoga diretamente com as críticas formuladas por autores como Quijano (2005), Lugones (2014) e Oyěwùmí (1997), que questionam a universalização de categorias produzidas a partir de contextos eurocêtricos.

A segunda questão concentrou-se na categoria corpo-território, procurando identificar em que medida os participantes compreendiam o corpo não apenas como dimensão individual, mas como espaço atravessado por ancestralidade, comunidade, memória e territorialidade. Essa categoria constitui um dos pilares centrais da Teoria Etno-Queer ao propor uma leitura ontológica e relacional da existência afro-indígena dissidente.

A terceira questão abordou a relação entre linguagem, resistência e produção de conhecimento. Nesse eixo, buscou-se compreender se os participantes reconheciam que formas específicas de falar, narrar, silenciar, performar e significar o mundo podem funcionar como práticas de resistência diante de regimes coloniais de normalização. Tal dimensão dialoga diretamente com as contribuições da Linguística Queer e da Análise de Discurso Crítica.

A quarta questão investigou a legitimidade dos saberes ancestrais indígenas e quilombolas como formas de produção de conhecimento sobre gênero, sexualidade e existência. Essa dimensão foi construída a partir das contribuições das Epistemologias do Sul e das epistemologias indígenas, que reivindicam o reconhecimento de formas de saber historicamente marginalizadas pelos modelos eurocêntricos de ciência.

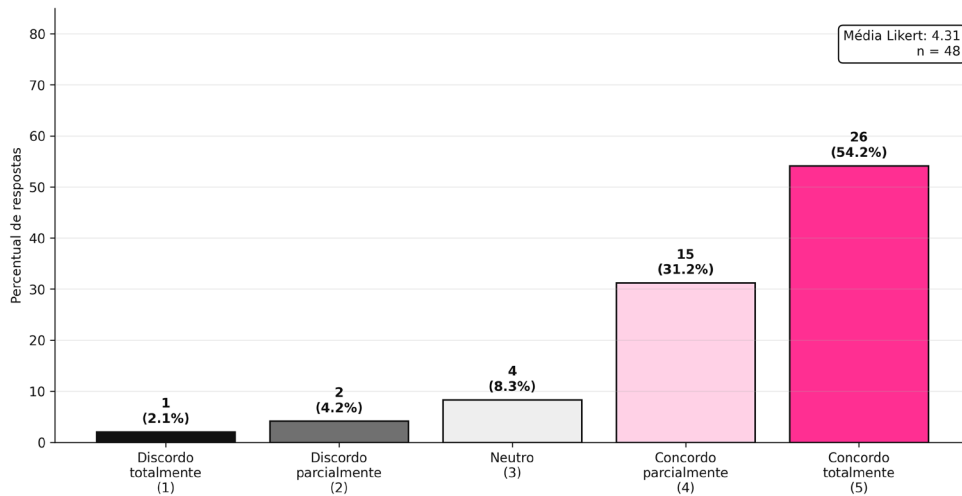
Por fim, a quinta questão buscou avaliar a percepção geral dos participantes acerca da contribuição da Teoria Etno-Queer para os estudos queer contemporâneos. O objetivo foi verificar se os respondentes identificavam a proposta teórica apresentada neste trabalho como uma ampliação crítica dos estudos queer, capaz de incorporar corpo, linguagem, ancestralidade e território como categorias fundamentais para a compreensão das dissidências afro-indígenas.

Dessa forma, o questionário foi estruturado para captar não apenas opiniões individuais sobre a Teoria Etno-Queer, mas também para verificar a receptividade de seus principais fundamentos epistemológicos. As respostas obtidas permitiram identificar tendências de concordância e divergência em relação aos conceitos centrais da teoria, fornecendo subsídios quantitativos complementares à análise qualitativa desenvolvida ao longo deste estudo.

A Figura 1, a seguir, apresenta a distribuição das respostas dos participantes à questão referente aos limites das teorias queer tradicionais para compreender as experiências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas. O gráfico permite visualizar o grau de concordância dos respondentes em relação à necessidade de ampliar os referenciais teóricos utilizados nos estudos queer, incorporando perspectivas situadas em contextos afro-indígenas. A predominância das respostas de concordância sugere que os participantes reconhecem a existência de especificidades históricas, culturais e territoriais que nem sempre são contempladas pelas abordagens queer hegemônicas.

Figura – Q1: Limites das teorias queer tradicionais

Q1 - Limites das teorias queer tradicionais



As teorias queer tradicionais nem sempre conseguem explicar adequadamente as experiências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025), com auxílio de ferramenta de Inteligência Artificial para organização visual.

Legenda explicativa: O gráfico apresenta a distribuição das respostas da Q1, referente à dimensão “Limites das teorias queer tradicionais”. Observa-se predominância das respostas de concordância parcial e total, que somam 85.4% dos participantes. A média da questão foi 4.31, indicando forte adesão discursiva ao eixo analisado. A discordância agregada corresponde a 6.2%, o que sugere baixa resistência ao enunciado proposto.

O primeiro gráfico apresenta os resultados da questão: “As teorias queer tradicionais nem sempre conseguem explicar adequadamente as experiências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas.” A distribuição das respostas indica predominância de concordância, com 26 participantes marcando “concordo totalmente” e 15 marcando “concordo parcialmente”, totalizando 85,4% de concordância.

Pela perspectiva da ADC, esse resultado revela uma tensão discursiva entre os modelos teóricos hegemônicos dos estudos queer e as experiências situadas de sujeitos afro-indígenas. No nível textual, a própria formulação da questão coloca em disputa os termos “teorias queer tradicionais” e “experiências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas”. Essa oposição evidencia que o problema não está apenas na ausência de sujeitos afro-indígenas dentro dos estudos queer, mas na insuficiência de determinados modelos interpretativos para dar conta de corpos atravessados por território, ancestralidade, racialização e colonialidade.

No plano da prática discursiva, a elevada concordância sugere que os participantes reconhecem os limites de discursos acadêmicos universalizantes. A teoria queer, quando deslocada de seus contextos euro-americanos e aplicada de forma automática a realidades amazônicas, indígenas e quilombolas, pode reproduzir apagamentos semelhantes aos que

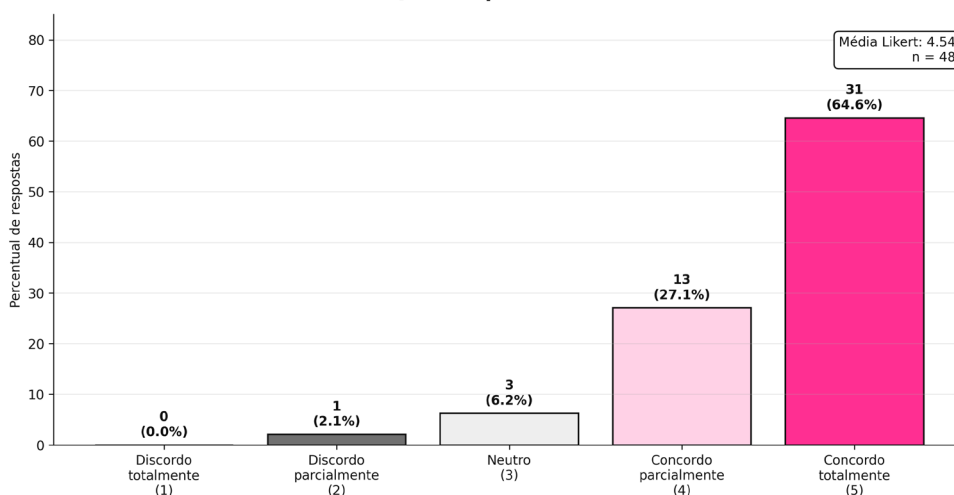
pretende combater. Nesse sentido, o gráfico aponta para uma demanda por deslocamento epistemológico: não basta incluir corpos afro-indígenas como exemplos empíricos; é preciso reconhecer que esses corpos também produzem teoria.

No plano da prática social, o resultado evidencia a crítica à colonialidade do saber. A concordância majoritária demonstra que os participantes percebem a necessidade de romper com uma lógica em que o Norte Global teoriza e o Sul Global apenas fornece dados. Assim, o gráfico legitima a Teoria Etno-Queer como uma proposta insurgente que não nega os estudos queer, mas os tensiona, amplia e reposiciona a partir da floresta, do quilombo e das margens racializadas.

A Figura 2, a seguir, apresenta os resultados obtidos para a dimensão corpo-território, um dos pilares centrais da Teoria Etno-Queer. O gráfico demonstra como os participantes percebem a relação entre corpo, ancestralidade, território e comunidade na constituição das experiências LGBTQIA+ indígenas e quilombolas. A visualização dos dados permite identificar o grau de reconhecimento dessa perspectiva relacional da existência, evidenciando a importância atribuída aos vínculos territoriais e coletivos na construção das identidades dissidentes.

Figura – Q2: Corpo-território

Q2 - Corpo-território



O corpo de pessoas LGBTQIA+ indígenas e quilombolas deve ser compreendido em relação à ancestralidade, ao território e à comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025), com auxílio de ferramenta de Inteligência Artificial para organização visual.

Legenda explicativa: O gráfico apresenta a distribuição das respostas da Q2, referente à dimensão “Corpo-território”. Observa-se predominância das respostas de concordância parcial e total, que somam 91.7% dos participantes. A média da questão foi 4.54, indicando forte adesão discursiva ao eixo analisado. A discordância agregada corresponde a 2.1%, o que sugere baixa resistência ao enunciado proposto.

O segundo gráfico corresponde à afirmação: “O corpo de pessoas LGBTQIA+ indígenas e quilombolas deve ser compreendido em relação à ancestralidade, ao território e à comunidade.” Os dados indicam forte adesão ao enunciado, com 31 respostas em “concordo totalmente” e 13 em “concordo parcialmente”, somando 91,6% de concordância.

No nível textual, a questão desloca a compreensão do corpo de uma dimensão meramente individual para uma dimensão relacional. Termos como “ancestralidade”, “território” e “comunidade” funcionam como marcadores discursivos que ampliam o sentido de corpo. O corpo deixa de ser lido apenas como identidade sexual ou de gênero e passa a ser compreendido como arquivo vivo de memórias, pertencimentos e vínculos territoriais.

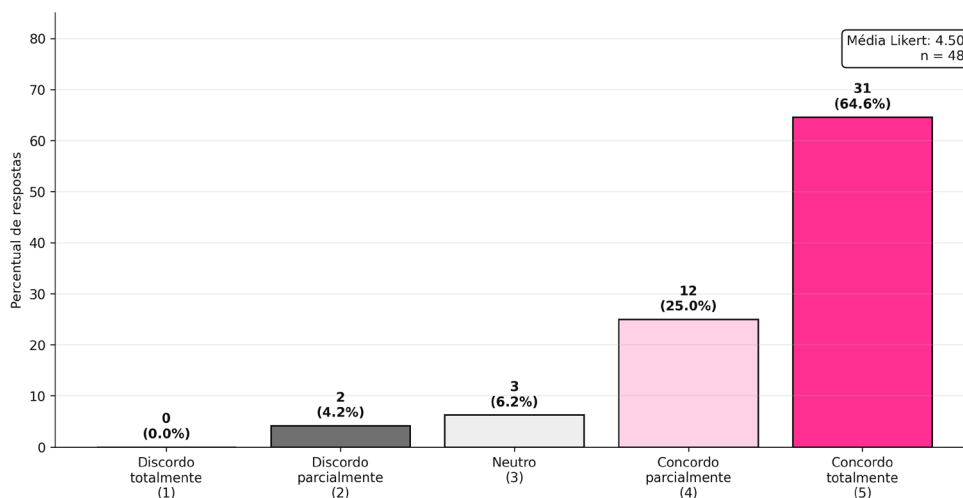
Na prática discursiva, a alta concordância revela que os participantes reconhecem a insuficiência de uma leitura individualizante da dissidência LGBTQIA+. A Teoria Etno-Queer, ao propor o corpo-território, rompe com discursos que tratam a identidade como uma escolha isolada do sujeito. O gráfico mostra que há reconhecimento de que o corpo afro-indígena dissidente é produzido em relação com a terra, com a comunidade, com a oralidade, com os mais velhos e com os regimes de pertencimento que antecedem a própria nomeação moderna de gênero e sexualidade.

No plano da prática social, o resultado desafia diretamente a colonialidade do corpo. A modernidade colonial separou corpo e território, sujeito e comunidade, identidade e ancestralidade. Ao concordarem majoritariamente com a afirmação, os participantes reposicionam o corpo LGBTQIA+ indígena e quilombola como corpo político, histórico e territorializado. O gráfico, portanto, não apenas confirma uma tendência de opinião, mas evidencia uma reconfiguração discursiva: existir como corpo dissidente afro-indígena é também existir como território em disputa.

A Figura 3, a seguir, apresenta a distribuição das respostas relacionadas à compreensão da linguagem como prática de resistência e produção de conhecimento. O gráfico busca evidenciar em que medida os participantes reconhecem que formas de falar, narrar e expressar experiências LGBTQIA+ podem constituir estratégias de reexistência diante de contextos marcados pela colonialidade e pela exclusão social. Os resultados permitem observar a relevância atribuída à linguagem enquanto dimensão fundamental dos processos de resistência e construção identitária.

Figura – Q3: Linguagem e reexistência

Q3 - Linguagem e reexistência



As formas de falar, narrar e expressar experiências LGBTQIA+ podem funcionar como práticas de resistência e produção de conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025), com auxílio de ferramenta de Inteligência Artificial para organização visual.

Legenda explicativa: O gráfico apresenta a distribuição das respostas da Q3, referente à dimensão “Linguagem e reexistência”. Observa-se predominância das respostas de concordância parcial e total, que somam 89.6% dos participantes. A média da questão foi 4.50, indicando forte adesão discursiva ao eixo analisado. A discordância agregada corresponde a 4.2%, o que sugere baixa resistência ao enunciado proposto.

O terceiro gráfico refere-se à afirmação: “As formas de falar, narrar e expressar experiências LGBTQIA+ podem funcionar como práticas de resistência e produção de conhecimento.” A questão obteve 31 respostas em “concordo totalmente” e 12 em “concordo parcialmente”, totalizando 89,5% de concordância.

No nível textual, destacam-se os verbos “falar”, “narrar” e “expressar”, que deslocam a linguagem do plano instrumental para o plano político. A linguagem não aparece apenas como meio de comunicação, mas como prática social capaz de produzir resistência, pertencimento e conhecimento. Essa formulação dialoga diretamente com a perspectiva da ADC, segundo a qual o discurso não apenas representa a realidade, mas também a constrói.

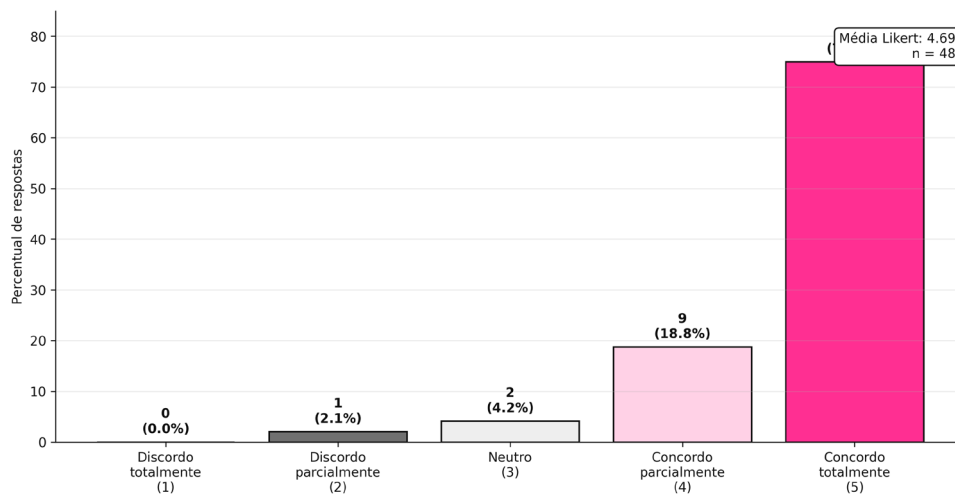
Na prática discursiva, a elevada concordância sugere que os participantes reconhecem a linguagem como campo de disputa simbólica. Falar de si, narrar a experiência dissidente, silenciar estrategicamente ou misturar repertórios linguísticos são práticas que tensionam normas escolares, acadêmicas, religiosas e institucionais. Assim, o gráfico aponta para a legitimação de formas de fala historicamente desqualificadas como “erro”, “desvio”, “gíria” ou “fala menor”.

No plano da prática social, o resultado revela uma crítica à colonialidade linguística. A imposição de uma norma única de linguagem funciona como mecanismo de controle dos corpos e das formas de existir. Ao reconhecerem a linguagem como reexistência, os participantes afirmam que falar também é sobreviver, resistir e produzir mundo. A Teoria Etno-Queer, nesse sentido, amplia a Linguística Queer ao situar a linguagem como tecnologia de vida em contextos marcados por racismo, LGBTfobia, apagamento e violência simbólica.

A Figura 4, a seguir, apresenta os resultados referentes ao reconhecimento dos saberes ancestrais indígenas e quilombolas como formas legítimas de produção de conhecimento. Esta dimensão ocupa posição central na Teoria Etno-Queer por questionar a exclusividade dos modelos eurocêntricos de validação do saber. O gráfico permite visualizar o nível de concordância dos participantes quanto à importância da ancestralidade como fundamento epistemológico para a compreensão das experiências de gênero, sexualidade, território e pertencimento.

Figura – Q4: Ancestralidade como conhecimento

Q4 - Ancestralidade como conhecimento



Saberes ancestrais indígenas e quilombolas devem ser reconhecidos como formas legítimas de produção de conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025), com auxílio de ferramenta de Inteligência Artificial para organização visual.

Legenda explicativa: O gráfico apresenta a distribuição das respostas da Q4, referente à dimensão “Ancestralidade como conhecimento”. Observa-se predominância das respostas de concordância parcial e total, que somam 93.8% dos participantes. A média da questão foi 4.69, indicando forte adesão discursiva ao eixo analisado. A discordância agregada corresponde a 2.1%, o que sugere baixa resistência ao enunciado proposto.

O quarto gráfico analisa a afirmação: “Saberes ancestrais indígenas e quilombolas devem ser reconhecidos como formas legítimas de produção de conhecimento.” Trata-se da questão com maior média geral, apresentando 36 respostas em “concordo totalmente” e 9 em “concordo parcialmente”, o que corresponde a 93,7% de concordância.

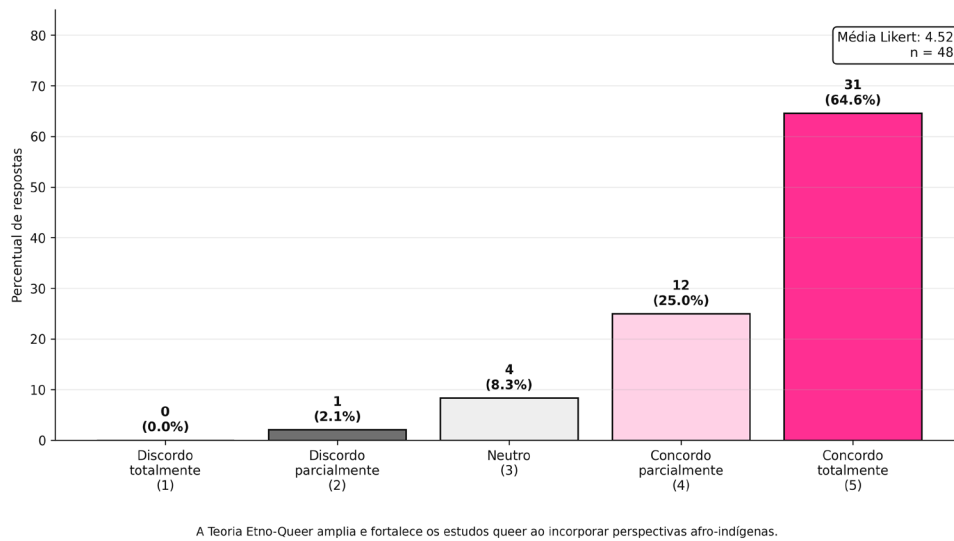
No nível textual, a expressão “formas legítimas de produção de conhecimento” é central. Ela desloca a ancestralidade do lugar de tradição, memória passiva ou folclore para o campo da epistemologia. O enunciado afirma que saberes indígenas e quilombolas não são apenas objetos culturais a serem descritos pela academia, mas modos próprios de teorizar a vida, o corpo, o território e a existência.

Na prática discursiva, a forte concordância revela a emergência de uma formação discursiva decolonial que contesta a exclusividade da ciência moderna como única forma válida de conhecimento. A ancestralidade passa a ser reconhecida como arquivo vivo, transmissão intergeracional e prática de interpretação do mundo. Nesse sentido, o gráfico evidencia um deslocamento importante: os saberes afro-indígenas deixam de ser “dados” e passam a ser compreendidos como teoria.

No plano da prática social, o resultado confronta diretamente a colonialidade do saber. Durante séculos, conhecimentos indígenas e quilombolas foram tratados como crença, mito, superstição ou cultura menor. A concordância majoritária com a questão indica uma recusa desse regime de desqualificação. O gráfico, portanto, confirma um dos pilares mais fortes da Teoria Etno-Queer: não há emancipação dos estudos queer sem justiça epistemológica, e não há justiça epistemológica sem reconhecer que a floresta, o quilombo, a oralidade e a ancestralidade também pensam.

A Figura 5, a seguir, apresenta a percepção dos participantes acerca da contribuição da Teoria Etno-Queer para os estudos queer contemporâneos. O gráfico sintetiza o posicionamento dos respondentes em relação ao potencial da teoria para ampliar os horizontes interpretativos do campo, incorporando perspectivas afro-indígenas sobre corpo, linguagem, ancestralidade e território. A visualização dos dados permite compreender o grau de receptividade da proposta teórica e sua relevância para a construção de abordagens mais plurais e situadas sobre as dissidências sexuais e de gênero.

Figura – Q5: Contribuição da Teoria Etno-Queer
Q5 - Contribuição da Teoria Etno-Queer



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025), com auxílio de ferramenta de Inteligência Artificial para organização visual.

Legenda explicativa: O gráfico apresenta a distribuição das respostas da Q5, referente à dimensão “Contribuição da Teoria Etno-Queer”. Observa-se predominância das respostas de concordância parcial e total, que somam 89,6% dos participantes. A média da questão foi 4,52, indicando forte adesão discursiva ao eixo analisado. A discordância agregada corresponde a 2,1%, o que sugere baixa resistência ao enunciado proposto.

O quinto e último gráfico apresenta os resultados da afirmação: “A Teoria Etno-Queer amplia e fortalece os estudos queer ao incorporar perspectivas afro-indígenas.” Os dados demonstram alta adesão, com 31 respostas em “concordo totalmente” e 12 em “concordo parcialmente”, totalizando 89,6% de concordância.

No nível textual, a formulação da questão articula dois movimentos: “amplia” e “fortalece”. Esses verbos indicam que a Teoria Etno-Queer não aparece como negação dos estudos queer, mas como sua expansão crítica. O enunciado evita uma oposição simplista entre queer e etno-queer, propondo uma relação de tensão produtiva, deslocamento e aprofundamento.

No plano da prática discursiva, a elevada concordância indica que os participantes reconhecem a relevância da Teoria Etno-Queer como chave analítica para inserir perspectivas afro-indígenas no debate. Isso significa que o campo dos estudos queer passa a ser tensionado por vozes, corpos e territórios que historicamente foram situados à margem da produção acadêmica. A teoria, nesse sentido, deixa de ser apenas um aparato conceitual e passa a funcionar como prática discursiva de reinscrição política.

No plano da prática social, o gráfico revela a possibilidade de reconfiguração do próprio campo acadêmico. Ao reconhecerem que a Teoria Etno-Queer amplia os estudos queer, os participantes indicam que o conhecimento sobre gênero e sexualidade precisa ser produzido também a partir do Sul Global, das comunidades indígenas, dos quilombos, das línguas dissidentes, dos corpos racializados e das experiências situadas. Assim, o gráfico sustenta a tese de que a Teoria Etno-Queer não é apenas uma contribuição temática, mas uma virada epistemológica que desloca quem pode teorizar, de onde se pode teorizar e quais experiências podem fundar conhecimento.

Além do questionário, a pesquisa também contou com fragmentos discursivos selecionados a partir das entrevistas para contribuir com o processo qualitativo (tudo com base na ADC) especialmente na perspectiva tridimensional proposta por Norman Fairclough (2001), que compreende o discurso simultaneamente como texto, prática discursiva e prática social. Nessa abordagem, os enunciados produzidos pelos participantes não são entendidos como simples relatos individuais ou reflexos transparentes da realidade, mas como práticas sociais atravessadas por relações de poder, ideologias, disputas por reconhecimento e processos de construção identitária. Os enunciados possibilitam compreender como sujeitos indígenas e quilombolas LGBTQIA+ negociam sentidos sobre corpo, linguagem, ancestralidade, pertencimento e resistência em contextos historicamente marcados pela colonialidade do poder, do saber e do gênero. Assim, mais do que descrever experiências pessoais, os discursos analisados revelam tensões entre regimes normativos de inteligibilidade e formas insurgentes de existência, evidenciando como práticas discursivas específicas podem tanto reproduzir quanto contestar estruturas sociais hegemônicas. A partir dessa perspectiva, cada fragmento será examinado considerando seus aspectos linguísticos, seus processos de produção e circulação de sentidos e suas implicações sociopolíticas mais amplas, permitindo compreender como a dissidência afro-indígena se constitui como prática de reexistência e produção de conhecimento no contexto amazônico.

O exemplo, a seguir, evidencia como os discursos sobre gênero e sexualidade operam como mecanismos de regulação dos corpos indígenas dissidentes.

“Então, então... desde pequeno, sabe, desde cedo eu já sentia que o movimento do meu corpo não era como o dos outros meninos. Não era errado, não... era apenas diferente. Então, quando fui para a cidade, eles disseram: ‘o que você é?’ Eu fiquei tipo... travado. Porque meu corpo não responde rápido assim, não.”
(Indígena LGBTQIA+, etnia Tukano – São Gabriel da Cachoeira/AM)

Sob a perspectiva da ADC, a pergunta “o que você é?” constitui uma estratégia discursiva de classificação social. Não se trata apenas de uma pergunta informacional, mas de uma prática discursiva que busca enquadrar o sujeito dentro das categorias reconhecidas

pelo regime moderno de gênero. O enunciado pressupõe que toda pessoa deve ser capaz de se identificar de maneira imediata, coerente e inteligível segundo os padrões normativos da sociedade ocidental.

No nível textual, observa-se a recorrência de pausas (“então, então...”, “sabe”, “tipo...”, “travado”), marcas de hesitação que revelam um conflito entre a experiência vivida e as categorias impostas externamente. Essas marcas não representam fragilidade argumentativa, mas evidenciam o tensionamento entre diferentes regimes de significado.

No nível da prática discursiva, a cidade emerge como espaço de circulação de discursos normativos que exigem a tradução do sujeito indígena para categorias identitárias universalizantes. O interlocutor urbano ocupa simbolicamente a posição de quem detém autoridade para definir quais identidades são legítimas. No plano da prática social, o fragmento revela a atuação da colonialidade do gênero, que naturaliza a necessidade de classificação dos corpos. A resistência manifesta-se justamente na impossibilidade de responder prontamente à interpelação. A hesitação torna-se um ato político, uma recusa em submeter a experiência indígena às categorias coloniais de inteligibilidade.

O segundo exemplo desloca a discussão do campo identitário para o campo epistemológico:

“Minha avó costumava dizer: ‘seu corpo sabe, mesmo quando sua cabeça ainda não sabe’. Aí está. Eu guardei isso.” (Indígena LGBTQIA+, etnia Baniwa – Alto Rio Negro/AM)

A partir da ADC, percebe-se a presença de duas formações discursivas em disputa. A primeira está associada à racionalidade moderna, que privilegia a razão como única fonte legítima de conhecimento. A segunda emerge da memória ancestral e da oralidade indígena, que reconhecem o corpo como lugar de saber.

No nível textual, a construção “seu corpo sabe” rompe com a lógica cartesiana que separa corpo e mente. O verbo “saber” aparece associado ao corpo, deslocando os sentidos tradicionalmente atribuídos ao conhecimento. No plano da prática discursiva, a fala da avó assume estatuto de autoridade. Diferentemente dos discursos científicos hegemônicos, legitimados por instituições formais, a legitimidade aqui é construída pela ancestralidade e pela transmissão intergeracional de saberes. No plano da prática social, o fragmento revela uma disputa entre epistemologias. O conhecimento ancestral aparece como alternativa aos modelos eurocêntricos de produção da verdade. O discurso não apenas narra uma experiência individual, mas questiona as bases sobre as quais determinados saberes são reconhecidos como legítimos. Assim, a ancestralidade deixa de ocupar o lugar de tradição folclorizada e passa a funcionar como instância produtora de conhecimento e de interpretação do mundo.

O terceiro exemplo evidencia como a linguagem se torna espaço privilegiado de disputa de poder.

“Eu falo misturado, sabe? Meu português é mais forte. Agora, se for só para falar do jeito da escola, então... tem um nó no meu peito.” (Indígena LGBTQIA+, etnia Desana – São Gabriel da Cachoeira/AM)

Sob a ótica da ADC, a oposição entre “falar misturado” e “falar do jeito da escola” evidencia a existência de hierarquias linguísticas socialmente construídas. No nível textual, a expressão “nó no peito” representa um processo de corporificação da violência simbólica. O sofrimento não aparece apenas como efeito psicológico, mas como experiência material inscrita no corpo.

No plano da prática discursiva, a escola surge como instituição reguladora dos usos legítimos da linguagem. A fala indígena é posicionada como inadequada ou insuficiente diante do modelo linguístico escolarizado. Já no plano da prática social, o fragmento revela a atuação de ideologias linguísticas que associam prestígio, competência e legitimidade às variedades hegemônicas da língua. A imposição de uma norma única produz exclusões e silenciamentos que afetam diretamente a construção das identidades. Desse modo, a ADC permite compreender que o conflito narrado não é apenas linguístico. Trata-se de uma disputa por reconhecimento social, na qual diferentes formas de falar correspondem a diferentes possibilidades de existir.

O fragmento a seguir evidencia como os discursos comunitários participam da construção das experiências dissidentes em contextos quilombolas.

“Aqui no quilombo todos sabem quem você é. Quando comecei a me olhar de uma maneira diferente, primeiro veio o silêncio... depois os sussurros. Então minha avó disse, sabe, ‘Ninguém sai da terra por causa disso’.” (LGBTQIA+ Quilombola, Comunidade Boa Vista – Oriximiná/PA)

No nível textual, destacam-se as expressões “silêncio” e “sussurros”, que funcionam como recursos discursivos de controle social. Ambos indicam formas indiretas de avaliação e vigilância da diferença. No plano da prática discursiva, observa-se a coexistência de discursos distintos. De um lado, os sussurros representam mecanismos comunitários de regulação; de outro, a fala da avó produz um contradiscurso que reafirma o pertencimento territorial do sujeito. No plano da prática social, o fragmento demonstra que a dissidência não é necessariamente construída por meio da exclusão absoluta. Há processos de negociação que permitem a permanência do sujeito dentro da comunidade.

A frase “ninguém sai da terra por causa disso” rompe com narrativas dominantes que associam necessariamente dissidência sexual ao exílio ou à expulsão. O território aparece não só como espaço de disputa, mas também de acolhimento e continuidade.

O último fragmento sintetiza uma das categorias centrais identificadas na pesquisa.

“Lá aprendemos a permanecer no quilombo... e permanecer é também resistir.”
(LGBTQIA+ Quilombola, Comunidade Mel da Pedreira – AP)

A ADC permite compreender que o verbo “permanecer” ultrapassa seu sentido descritivo e assume caráter político. No nível textual, a associação entre “permanecer” e “resistir” produz uma equivalência semântica que transforma a permanência territorial em ato de enfrentamento. No plano da prática discursiva, o discurso mobiliza memórias coletivas de luta, ancestralidade e sobrevivência. A resistência não é construída pela ruptura, mas pela continuidade. No plano da prática social, a permanência desafia estruturas históricas de expulsão, marginalização e invisibilização de corpos racializados e dissidentes. Permanecer no território significa reivindicar o direito à existência, ao pertencimento e à produção de conhecimento. Dessa forma, o fragmento revela que a resistência afro-indígena não se manifesta somente em ações explícitas de confronto, ela aparece em práticas cotidianas de continuidade da vida. A permanência torna-se, simultaneamente, estratégia política, prática discursiva e fundamento epistemológico.

Considerações finais

Este trabalho começou com uma recusa. Não uma recusa retórica, processual ou abstrata, mas uma recusa situada, incorporada e politicamente implicada: uma recusa em reconhecer que corpos indígenas e quilombolas LGBTQIA+ continuam a ser lidos como objetos empíricos periféricos, dados ilustrativos ou “casos específicos” dentro de teorias de outros mundos. Ao sugerir a Teoria Etno-Queer como pedra angular em seus conceitos introdutórios, o objetivo foi afirmar que há pensamento na floresta, que há pensamento no quilombo, que há teoria sendo gerada a partir de corpos historicamente empurrados para as margens da humanidade, do conhecimento, da linguagem. Pensamentos etnocuir, como evidenciado ao longo do artigo, insistem que a produção de conhecimento não é desprovida; não é diferente da nossa insistência de vida em ser. A análise de vários fragmentos discursivos revelou que, em casos afro-indígenas na região Norte, gênero e sexualidade não são identidades definidas, categorias estáveis, rótulos a serem nomeados em algum instante. Em vez disso, manifestam-se como prática ontológica situada que atravessa território, ancestralidade, linguagem e regimes locais de pertencimento. Essas respostas à recusa de uma identidade fixa, à centralidade do corpo-território, à ancestralidade como instância de conhecimento, à linguagem como prática de re-existência e à permanência como estratégia política revelam que dissidências indígenas e quilombolas LGBTQIA+ existem além do alcance da gramática atual que governa universalizações de gênero e sexualidade. Esses

resultados confirmam a tese central do trabalho: a Teoria Etno-Queer não se limita a enquadrar uma variante regional do queer, mas vislumbra uma transformação epistemológica profunda que pode subverter as próprias noções de inteligibilidade do conhecimento. E para que novas pesquisas evoluam, surgem lacunas intransponíveis para aqueles que pretendem se valer de temas LGBTQIA+, estudos de linguagem e epistemologias críticas na seara das pesquisas decoloniais. A primeira lacuna está na geografia dos conhecimentos. Este estudo concentrou-se na parte Norte do Brasil — Amazonas, Pará, Amapá — e foi selecionado não por escolha aleatória, mas sim por um compromisso com políticas e epistemologia em lugares historicamente sub-representados. Mas isso aponta para uma necessidade urgente de pesquisa etnocuir baseada em mais áreas do país. Como estão organizadas as dissidências LGBTQIA+ nativas no Nordeste? Quais são as experiências de quilombolas dissidentes no Centro-Oeste, Sudeste e Sul? Que línguas, ancestrais e regimes de pertencimento tomam forma nesses espaços? A expansão territorial da pesquisa etnocuir não é apenas um requisito empírico, mas uma necessidade epistemológica, pois não pode se dar ao luxo de reproduzir novos centralismos regionais. Outra lacuna relevante diz respeito à escassez de trabalhos no campo da Linguística Queer, especialmente quando expressos em contextos afro-indígenas. Embora esta área tenha começado a se consolidar no Brasil nas últimas décadas, seus estudos, majoritariamente, estão localizados em experiências urbanas, educadas e quase inteiramente brancas. Há pouquíssimas pesquisas que considerem a linguagem dissidente a partir de cosmologias racializadas, não ocidentais, e regimes linguísticos plurais. Essa pequenez no campo não é apenas quantitativa, mas também epistemológica, revelando, ao nos contar sobre nós mesmos, a persistência de um olhar atento que privilegia certos sujeitos e silencia outros. A Teoria Etno-Queer é, aqui, diretamente confrontada como um convite à Linguística Aplicada Indisciplinar, para subverter suas suposições, enriquecer seus objetos e reconsiderar sua construção de categorias. Como resultado, diferentes tipos de agendas de pesquisa vêm à tona. Por exemplo, na disciplina de Linguística Aplicada Crítica, é hora de estudar como práticas linguísticas dissidentes – misturando línguas, silêncio estratégico, performatividade vocal, corporeidade da fala – funcionam como tecnologia de sobrevivência em contextos indígenas e quilombolas. Há muito espaço nos estudos discursivos para ver como narrativas afro-indígenas LGBTQIA+ são usadas para criar percepções de pertencimento, rejeição, negociação e re-existência e contestar regimes coloniais de normalização. Na educação, precisamos considerar materiais didáticos etnocuir, currículos e práticas pedagógicas que interrompam a invisibilidade dessas vidas dentro das escolas e universidades. Uma lacuna adicional diz respeito ao desenvolvimento da teoria em relação às políticas públicas convencionais. Pouco se sabe como corpos indígenas e quilombolas LGBTQIA+ experimentam serviços de saúde, assistência social, educação e justiça. Examinar esses espaços através de uma lente insurgente pode mostrar como a

colonialidade é atualizada institucionalmente e como formas de re-existência são negociadas no curso da vida cotidiana. Além disso, ainda há pouca pesquisa sobre como a Teoria Etno-queer interage com deficiência, envelhecimento, migração e religiosidades afro-indígenas, que atravessam as dissidências, mas geralmente não são analisadas de forma interseccional. É imperativo notar que a Teoria Etno-Queer não é nenhum modelo fechado, muito menos uma ortodoxia teórica. Sua força reside exatamente em sua qualidade inacabada, aberta e insurgente. Identidade epistêmica é aquela que surge de uma forma de viver uma identidade e, portanto, muda com a vida. O etnocuir, ao declarar corpo, linguagem, terra e herança como base epistemológica, muda o cerne das teorias que propõe e contradiz diretamente os padrões coloniais de certificação do conhecimento. Não se trata de exigir admissão no cânone, mas de expor suas fissuras e provar que outros modos de pensamento sempre floresceram, mesmo com tudo o que foi trabalhado para apagamento e obliteração ao seu redor. Finalmente, confirmar a Teoria Etno-Queer como uma epistemologia insurgente do Sul é assumir uma posição ética, política e científica. Em um mundo repleto de colonialidade, racismo estrutural e necropolítica, a produção de conhecimento a partir de corpos dissidentes afro-indígenas é uma espécie de desobediência epistêmica. É afirmar que ser ainda é teorizar. Que falar, silenciar, permanecer, misturar línguas é produção de mundo. Que a floresta pensa, que o quilombo pensa, e que seus corpos dissidentes não apenas vivem, mas geram ciência. As considerações finais neste ponto não concluem um debate, mas abre uma estrada para novas pesquisas. E fazer essa viagem ao conhecimento, é caminhar por um mundo carregado de preconceito. Por isso, fazer uso dessa abordagem epistêmica insurgente que é a teoria etno-queer, requer coragem e, acima de tudo, empatia a corpos dissidentes que há séculos foram silenciados.

Referências

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORBA, Rodrigo. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Entrelinhas*, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 91–107, 2015.

BORBA, Rodrigo (org.). *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo: Cortez, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press, 1991.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RÉGIS, Renato. *Gramática descritiva do Pajubá: diálogos com a Linguística-Queer, Africana e Antropológica*. 1.Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2025.